D.O.M.

Estado do Rio de Janeiro, 02 de Julho de 2019. Secretaria de Comunicação

Diário Oficial do Município de Mangaratiba

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 • Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

PREFEITURA
MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Ano XV Edição Nº
941

Mangaratiba tem I Passeio Ciclístico Familiar

Evento teve sucesso de público e atraiu além do público alvo, autoridades e equipes de ciclismo profissional



Aproximadamente mil ciclistas participaram do I Passeio Ciclístico Familiar realizado neste domingo (30), na Praia do Saco. O evento foi realizado pela Comissão de Ciclismo Mangaratiba com apoio da prefeitura e contou com a presença do prefeito da cidade, o Alan Bombeiro, que foi pedalar com sua família. Diversas equipes de ciclismo de outros municípios prestigiaram o evento que teve como trajeto, aproximadamente 7 km, da Praia do Saco ao Centro, retornando a bairro de saída.

Foram premiadas com troféu as três equipes com maior número de participantes. O primeiro lugar ficou para Pedaleiros de Campo Grande com 54 participantes, em seguida foi a equipe Itaguaí Bike Club e em terceiro a equipe Frade Bikers.

Os secretários de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer, Roberto Monsores, o de Comunicação, Antonio Aniceto, e o de Gabinete, Braz Marcos e os integrantes da Comissão, Fabiano Ferreira, Fred Ferreira, Sérgio Silva, João Vidal, Josiane Franco, Badeco Batista e Adilson Câmara também prestigiaram o evento que contou com a apresentação da Banda Dois e Meio.

Alan comemorou a participação das famílias. "Queremos que as pessoas voltem a se orgulhar de morar em Mangaratiba. Priorizamos o bem estar das famílias e estamos trabalhando para oferecer uma condição de vida cada vez melhor em nosso município. Os organizadores estão de parabéns e a prefeitura sempre estará de braços abertos para eventos como este".

Tayane Ferreira, veranista do município, adorou participar do passeio. "Vim com meu esposo, filhas, tios e primos. É muito bom acordar num dia lindo como este e se exercitar com as pessoas que amamos. Estão todos de parabéns pela estrutura e realização do evento".

Segundo a CCM o próximo está previsto para em outubro, dia das crianças.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 027/2019, PREGÃO PRESENCIAL N° N°029/2019- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4101/2019 PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.

Contratante: MUNICIPIO DE MANGARATIBA
Contratado: IRIS PROJETOS, COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI - CNPJ-MF sob o nº 31.787.637/0001-01

Modalidade: Pregão Presencial, que se regerá nos termos da Lei Federal Nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº. 1.184/2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993,

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de natureza continuada de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADO com fornecimento de peças em atendimento as secretarias,
Valor: Dá-se a este contrato o valor global estimado de R$ 894.000,00 (Oitocentos e noventa e quatro mil reais).

Dotação Orçamentária: Secretaria Municipal de Administração
03.01.04.122.0052.2.016.3.3.90.39.99.00.0100
03.01.04.122.0052.2.016.3.3.90.39.99.00.0110

Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura

Data da Assinatura: Mangaratiba, 25 de junho de 2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2019, PREGÃO PRESENCIAL N° N°018/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4331/2019 PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.

Contratante: MUNICIPIO DE MANGARATIBA
Contratado: CENTRO DE ANALISES FINANCEIRAS E DE SERVIÇOS - CASFS - CNPJ-MF sob o nº 03.010.994/0001-15

Modalidade: Pregão Presencial, que se regerá nos termos da Lei Federal Nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº. 1.184/2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993,

Objeto: O presente termo de contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Recadastramento Imobiliário completo de 35.000 (trinta e cinco mil) imóveis localizados na Área Urbana do Município de Mangaratiba e a Elaboração da Planta Genérica de Valores,

EXECUTIVO

Prefeito
Alan Campos da Costa

Vice-Prefeito
Alcimar Moreira Carvalho

Chefe Geral do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito
Braz Marcos da Silva Marques

Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico
Pedro Luiz Petti Lemelle

Procurador Geral do Município
Adilson Câmara

Secretária Municipal de Administração e Suprimentos
Priscila Souza da Silva

Controlador Geral do Município
Luiz Carlos Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Obras Planejamento e Urbanismo
Marcio Souza Gomes

Secretário Municipal de Serviços Públicos e Transportes
Jeferson Teixeira Terra

Secretário Municipal de Fazenda
Rodrigo Pacheco Pereira

Secretário Municipal de Finanças
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Cecília Ribeiro Cabral

Secretário Municipal de Meio Ambiente
Antônio Marcos Barreto

Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Roberto César Oliveira

Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer
Roberto Carlos de Assis Monsores

Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Ordem Pública
Norberto Alexandre da Silva Marques Costa

Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil
Jorge Luis da Silva Mendonça

Secretária Municipal de Educação
Valdemar Alves Ribeiro Neto

Secretário Municipal de Comunicação
Antônio Carlos Aniceto

Presidente do Instituto José Miguel
Ana Paula Soares Barcelos

Presidente da Fundação Mário Peixoto
Elizabeth Antunes Moreira

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Mangaratiba
Renan Fraga Oggioni

LEGISLATIVO

Presidente
Carlos Alberto Ferreira Graçano

Vice Presidente
Fernando Luiz Peixoto Freijanes

2° Secretário
Eduardo Ferreira Jordão

Vereadores:
Carlos Alberto Ferreira Graçano
Davi dos Santos Farias
Eduardo Ferreira Jordão
Emilson dos Santos Coelho
Fernando Luiz Peixoto Freijanes
Helder Rangel de Araújo
Humberto Costa
Renato José Pereira
Rodrigo Santos Bondim
Rogerio da Siva Jordes
Rômulo dos Santos Nogueira
Wladimir da Conceição Pereira

como também realizar estudos, definir procedimentos e especificações técnicas com base na legislação municipal para dar suporte aos trabalhos das secretarias de Fazenda e de Panejamento nos trabalhos decorrentes do Recadastramento Imobiliáriode, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda
Valor: Dá-se a este contrato o valor global de R$ 1.950.000,00(hum milhão novecentos e cinqüenta mil reais)

Dotação Orçamentária: 08.01.04.122.0053.2.021.3.3.90.39.99 .00.0100

08.01.04.122.0053.2.021.3.3.90.39.99.00.0110

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 09(nove) meses, contados a partir da assinatura

Data da Assinatura: Mangaratiba, 05 de Junho de 2019

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	Média Valor	Valor Global Anual
1	Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Recadastramento Imobiliário completo de 35.000 (trinta e cinco mil) imóveis localizados na Área Urbana do Município de Mangaratiba e a Elaboração da Planta Genérica de Valores, como também realizar estudos, definir procedimentos e especificações técnicas com base na legislação municipal para dar suporte aos trabalhos das secretarias de Fazenda e de Panejamento nos trabalhos decorrentes do Recadastramento Imobiliáriode interesse do Município de Mangaratiba., conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência.	UNID.	1	R$ 1.950.000,00	R$ 1.950.000,00
TOTAL DA EMPRESA				R$ 1.950.000,00	

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°0048/2019

Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 076/2019.
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil

PROCESSO Nº 0048/19, PP- SRP: 026/2019.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada em **MEDICAMENTOS – Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar**, para atendimento das necessidades de todas as Unidades que prestam atendimento médico da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses conforme Termo de Referência - Anexo I, que integra o presente Edital**,** descritas no **Item nº5 deste Termo de Referência**, pelo período de **12 (doze) meses**.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 27 dias do mês de junho de 2019, nas dependências da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo Ilmº. **Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil**, Sr. Jorge Luis da Silva Mendonça, Brasileiro, Médico, Casado, portador da Cédula de identidade sob o número 5273454-3 emitido pelo CRM/RJ, CPF/MF 080.723.687-02, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de de Saúde e Defesa Civil** e, de outro lado, a empresa **SPEED SÉCULO XXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº.12.215.803/0001-42, com sede a Rua Jornalista Geraldo Rocha, lote 35- quadra 77- Jardim Meriti- São João de Meriti- RJ, telefone (21) 3895-2370, endereço eletrônico: licitacao@distribuidoraspeed.com.br , neste ato, representada pelo Senhor Silvio Cesar Ferreira de Moares, Solteiro, Casado, Advogado, portador da Cédula de Identidade nº 21.451.071-1, emitido pelo Detran/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 112.215.117-93 e, daqui por diante, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO,** resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à Contratação de Empresa especializada em **MEDICAMENTOS – Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar**, para atendimento das necessidades de todas as Unidades que prestam atendimento médico da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses conforme Termo de Referência - Anexo I, que integra o presente Edital, descritas no **Item nº 5 deste Termo de Referência**, parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº0048/2019

Fls. _____

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE DE MEDIDA	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	Aciclovir 200mg	7.320	comprimido	PHARLAB	R$ 0,94	R$ 6.880,80
5	Aciclovir 50mg/g com 10g creme	980	bisnaga	PRATI	R$ 7,25	R$ 7.105,00
10	Albendazol 400mg mastigável	5.290	comprimido	PRATI	R$ 0,80	R$ 4.232,00
16	Amitriptilina, cloridrato 25 mg	112.500	comprimido	TEUTO	R$ 0,18	R$ 20.250,00
17	Amoxicilina 250 mg /5 Ml - 60ml pó p/ suspensão oral	6.236	frasco	PRATI	R$ 9,80	R$ 61.112,80
22	Anlodipino, besilato 5mg	254.810	comprimido	GEOLAB	R$ 0,05	R$ 12.740,50
24	Atenolol 25mg	317.380	comprimido	PRATI	R$ 0,07	R$ 22.216,60
25	Atenolol 50mg	412.000	comprimido	PRATI	R$ 0,10	R$ 41.200,00
27	Azitromicina 600mg pó para suspensão	4.200	frasco	PRATI	R$ 17,22	R$ 72.324,00
30	Bisacodil 5mg	14.330	drágea	UQ	R$ 0,29	R$ 4.155,70
31	Bromazepam 3mg	60.000	comprimido	TEUTO	R$ 0,39	R$ 23.400,00
32	Bromazepam 6mg	110.000	comprimido	TEUTO	R$ 0,43	R$ 47.300,00
35	Captopril 25 mg	780.000	comprimido	GEOLAB	R$ 0,11	R$ 85.800,00
37	Carbamazepina 200 mg	110.000	comprimido	TEUTO	R$ 0,31	R$ 34.100,00
41	Carvedilol 12,5mg	40.000	comprimido	E.M.S.	R$ 0,44	R$ 17.600,00
46	Cetoconazol 2% 20mg/g crème 30g	3.310	bisnaga	SOBRAL	R$ 11,00	R$ 36.410,00
52	Clonazepam 2,5 mg/ml	410	frasco	GEOLAB	R$ 6,00	R$ 2.460,00
53	Clonazepam 2mg	125.000	comprimido	GEOLAB	R$ 0,21	R$ 26.250,00

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°0048/2019

Fls. _____

57	Clorpromazina 40 mg/ml 20 ml	100	frasco	CRISTALIA	**R$ 3,30**	**R$ 330,00**
59	Dexametasona 0,1% creme 10g	3.460	bisnaga	SANVAL	**R$ 3,00**	**R$ 10.380,00**
61	Dexclofeniramina, maleato 2mg	40.540	comprimido	GEOLAB	**R$ 0,25**	**R$ 10.135,00**
65	Diclofenaco de Potássio 50mg	108.580	comprimido	GEOLAB	**R$ 0,15**	**R$ 16.287,00**
67	Diclofenaco dietilamônio 10mg/30g gel	3.300	bisnaga	SOBRAL	**R$ 5,70**	**R$ 18.810,00**
69	Digoxina 0,25 mg	30.000	comprimido	TEUTO	**R$ 0,16**	**R$ 4.800,00**
71	Dimeticona 75mg/ml solução oral gotas 10ml	4.500	frasco	HIPOLABOR	**R$ 2,05**	**R$ 9.225,00**
72	Dipirona sódica 500mg	239.600	comprimido	PRATI	**R$ 0,17**	**R$ 40.732,00**
76	Enalapril, maleato 10mg	302.400	comprimido	MEDQUIMICA	**R$ 0,11**	**R$ 33.264,00**
92	Fluoxetina, cloridrato 20 mg	112.500	comprimido	TEUTO	**R$ 0,13**	**R$ 14.625,00**
93	Furosemida 40 mg	150.000	comprimido	GEOLAB	**R$ 0,09**	**R$ 13.500,00**
94	Glibenclamida 5 mg	440.000	comprimido	GEOLAB	**R$ 0,06**	**R$ 26.400,00**
100	Hidroclorotiazida 25 mg	661.250	comprimido	MEDQUIMICA	**R$ 0,07**	**R$ 46.287,50**
105	Ipratrópio, brometo 0,25 mg/ml - 20ml	1.250	frasco	HIPOLABOR	**R$ 2,07**	**R$ 2.587,50**
109	Itraconazol 100mg	15.000	Cápsula	GEOLAB	**R$ 2,15**	**R$ 32.250,00**
110	Ivermectina 6mg	3.000	comprimido	VITAMEDIC	**R$ 0,69**	**R$ 2.070,00**
115	Lidocaína, cloridrato 2% gel - 30g	3.630	bisnaga	PHARLAB	**R$ 9,00**	**R$ 32.670,00**
118	Losartana, Potássica 50mg	924.490	comprimido	PRATI	**R$ 0,12**	**R$ 110.938,80**
122	Mebendazol 100mg	8.800	comprimido	SOBRAL	**R$ 0,21**	**R$ 1.848,00**
123	Mebendazol 20mg/ml-30 ml	1.190	frasco	NATULAB	**R$ 2,95**	**R$ 3.510,50**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°0048/2019

Fls. _____

124	Metformina, cloridrato 500 mg	305.850	comprimido	PRATI	**R$ 0,22**	**R$ 67.287,00**
127	Metildopa 500 mg	49.100	comprimido	SANVAL	**R$ 1,52**	**R$ 74.632,00**
129	Metoclopramida 10mg	16.260	comprimido	BELFAR	**R$ 0,27**	**R$ 4.390,20**
130	Metoclopramida 4mg/ml-10 ml	1.138	Frasco	MARIOL	**R$ 1,54**	**R$ 1.752,52**
134	Miconazol, nitrato 20mg/g creme vaginal 80g	2.710	Bisnaga	HIPOLABOR	**R$ 14,00**	**R$ 37.940,00**
137	Nifedipino 20 mg	263.380	comprimido	GEOLAB	**R$ 0,16**	**R$ 42.140,80**
138	Nifedipino 20 mg retard	39.890	comprimido	MEDQUIMICA	**R$ 0,28**	**R$ 11.169,20**
142	Nistatina suspensão oral 100.000 UI / ml solução oral-50 ml	2.560	Frasco	PRATI	**R$ 4,40**	**R$ 11.264,00**
143	Norfloxacino 400mg	26.740	comprimido	MEDQUIMICA	**R$ 1,10**	**R$ 29.414,00**
146	Nortriptilina 50mg	8.400	comprimido	RANBAXY	**R$ 0,97**	**R$ 8.148,00**
158	Prednisona 5mg	57.450	comprimido	SANVAL	**R$ 0,37**	**R$ 21.256,50**
161	Ranitidina 150mg	124.620	comprimido	TEUTO	**R$ 0,32**	**R$ 39.878,40**
162	Risperidona 1mg	46.080	comprimido	CRISTALIA	**R$ 0,53**	**R$ 24.422,40**
163	Risperidona 2mg	46.080	comprimido	CRISTALIA	**R$ 0,65**	**R$ 29.952,00**
165	Salbutamol 2 mg / 5 Ml – xarope-120 ml	500	Frasco	NATULAB	**R$ 2,40**	**R$ 1.200,00**
167	Sinvastatina 20mg	341.060	comprimido	PHARLAB	**R$ 0,24**	**R$ 81.854,40**
168	Sulfametoxazol + Trimetroprima 40 +8mg/ml susp. - 100ml	800	Frasco	TEUTO	**R$ 5,70**	**R$ 4.560,00**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°0048/2019

Fls. _____

169	Sulfametoxazol + Trimetroprima 400+80mg	20.000	comprimido	PRATI	**R$ 0,24**	**R$ 4.800,00**
174	Tramadol 50mg	18.720	Cápsula	HIPOLABOR	**R$ 0,34**	**R$ 6.364,80**
179	Verapamil 80mg	1.800	comprimido	PRATI	**R$ 0,16**	**R$ 288,00**
188	Água destilada estéril – frasco 1000ml	10.000	Frasco	EUROFARMA	**R$ 8,80**	**R$ 88.000,00**
193	Amicacina (sulfato) 250mg/ml - ampola 2ml	1.500	Ampola	TEUTO	**R$ 2,80**	**R$ 4.200,00**
197	Amoxicilina 1g + Clavulonato de potássio 0,2g	7.500	Frasco/Ampola	BLAU	**R$ 22,90**	**R$ 171.750,00**
198	Ampicilina sódica 1g, pó para solução injetável	2.500	Frasco/Ampola	TEUTO	**R$ 5,30**	**R$ 13.250,00**
203	Benzilpenicilina 1.200.000 UI	12.500	Frasco/Ampola	TEUTO	**R$ 15,60**	**R$ 195.000,00**
204	Benzilpenicilina 600.000 UI	12.500	Frasco/Ampola	TEUTO	**R$ 14,90**	**R$ 186.250,00**
206	Benzilpenicilina procaína 100.000UI + potássica 300.000UI	3.750	Frasco/Ampola	BLAU	**R$ 5,00**	**R$ 18.750,00**
208	Bromoprida 5mg/ml amp c/2ml	25.000	Ampola	WASSER	**R$ 2,46**	**R$ 61.500,00**
211	Bupivacaina, cloridrato 0,5% sem epinefrina, injetável 20ml	450	Frasco/Ámpola	HYPOFARMA	**R$ 18,90**	**R$ 8.505,00**
215	Cefepima 1g	2.500	Frasco/Ampola	TEUTO	**R$ 14,10**	**R$ 35.250,00**
222	Cinarazina 75rng comp.	500	comprimido	RANBAXY	**R$ 0,51**	**R$ 255,00**
223	Ciprofloxacino 200mg/ ml 100ml, solução injetável	10.000	Frasco	FRESENIUS	**R$ 63,00**	**R$ 630.000,00**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°0048/2019

Fls. _____

227	Clopidogrel (bissulfato) 75mg	5.000	Comprimido	AUROBINDO	**R$ 1,10**	**R$ 5.500,00**
231	Cloreto de sódio 0.9% 500ml (Soro Fisiológico) - sistema fechado	60.000	Frasco	EUROFARMA	**R$ 4,63**	**R$ 277.800,00**
232	Cloreto de sódio 20%, injetável 10ml	5.000	Ampola	FARMACE	**R$ 0,53**	**R$ 2.650,00**
237	Colagenase 1,2UI/g- pomade 30g	5.000	Bisnaga	CRISTALIA	**R$ 26,00**	**R$ 130.000,00**
238	Degermante desincrustante enzimático sol. 1000ml	600	Frasco	KELLDRIN	**R$ 74,00**	**R$ 44.400,00**
246	Dopamina, cloridrato 5mg/ml, injetável 10ml	1.250	Ampola	TEUTO	**R$ 3,60**	**R$ 4.500,00**
261	Fitomenadiona 10mg/ml - 1ml - IV (Tipo Vitaminas K)	300	Ampola	HIPOLABOR	**R$ 3,80**	**R$ 1.140,00**
265	Gentamicina, sulfato 40mg/ml, injetável 2ml	3.000	Ampola	NOVAFARMA	**R$ 2,20**	**R$ 6.600,00**
267	Glicose 25% injetável 10ml	5.000	Ampola	SAMTEC	**R$ 0,50**	**R$ 2.500,00**
269	Glicose 50%, injetável 10ml	4.000	Ampola	SAMTEC	**R$ 0,49**	**R$ 1.960,00**
272	Haloperidol decanoato 70,52mg/ml	4.000	Ampola	UQ	**R$ 12,70**	**R$ 50.800,00**
276	Hidrocortisona 100mg, injetável	15.000	Frasco/Ampola	TEUTO	**R$ 4,15**	**R$ 62.250,00**
288	Meropenem 500mg	2.500	Frasco/Ampola	ABL	**R$ 24,80**	**R$ 62.000,00**
303	Norepinefrina 8mg/4ml injetável	15.000	ampola	HIPOLABOR	**R$ 6,20**	**R$ 93.000,00**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº0048/2019

Fls. _____

309	Piperaciclina sódica 4g + tazobactan sódica 500mg 4,5g	3.000	Frasco/Ampola	AUROBINDO	**R$ 95,00**	**R$ 285.000,00**
314	Ringer com Lactado 500ml (soro) - sistema fechado	20.000	frasco	EUROFARMA	**R$ 6,60**	**R$ 132.000,00**
315	Rocurônio (brometo) 50mg, injetável 5ml	100	Frasco/Ampola	CRISTALIA	**R$ 37,00**	**R$ 3.700,00**
325	Suxametônio 100mg - ampola	225	Frasco/Ampola	UQ	**R$ 16,00**	**R$ 3.600,00**
330	Tramadol, cloridrato 50mg/ml, injetável 2ml	7.500	Ampola	TEUTO	**R$ 2,00**	**R$ 15.000,00**
						R$ 4.056.011,92

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:
a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelo (a) servidor(a) responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°0048/2019

Fls. _____

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pela **Secretária Municipal de Saúde.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos poderão ser requisitados SEMANALMENTE, dentro do período letivo, conforme a necessidade de cada Unidade e serão conferidos pelos Diretores e servidores, designados fiscais do Instrumento Contratual, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei Federal nº 8666/1993;

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°0048/2019

Fls. _____

7.2. Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: Toda 2ª feira ou 3ª feira, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.3. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

7.4. O prazo para o fornecimento é de até 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação efetuada pela Secretaria Municipal de Saúde , através da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mangaratiba - RJ que indicará o servidor para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na Contratação de Empresa especializada em **MEDICAMENTOS – Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar**, para atendimento das necessidades de todas as Unidades que prestam atendimento médico da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses conforme Termo de Referência - Anexo I, que integra o presente Edital, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pela Secretaria Municipal de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre Secretaria Municipal de Saúde e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°0048/2019

Fls. _____

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejarn cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pela Secretaria Municipal de Saúde, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº0048/2019

Fls. _____

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº0048/2019

Fls. _____

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Dr. Jorge Luis S. Mendonça
Secretário Municipal de Saúde
Mat.: 10256 - CRM 52.73454-3

Jorge Luis da Silva Mendonça
Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil

PELA EMPRESA:

SPEED SÉCULO XXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI

inscrita no CNPJ sob o nº 12.215.803/0001-42

Silvio Cesar Ferreira de Moares
CPF: 112.215.117-93

Jose Ricardo de Aguiar
Sub Secretário
Matr.: 70123

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°0048/2019

Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 077/2019.
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil

PROCESSO Nº 0048/19, PP- SRP: 026/2019.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada em **MEDICAMENTOS – Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar**, para atendimento das necessidades de todas as Unidades que prestam atendimento médico da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses conforme Termo de Referência - Anexo I, que integra o presente Edital**,** descritas no **Item nº5 deste Termo de Referência**, pelo período de **12 (doze) meses**.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 27 dias do mês de junho de 2019, nas dependências da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo Ilmº. **Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil**, Sr. Jorge Luis da Silva Mendonça, Brasileiro, Médico, Casado, portador da Cédula de identidade sob o número 5273454-3 emitido pelo CRM/RJ, CPF/MF 080.723.687-02, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de de Saúde e Defesa Civil** e, de outro lado, a empresa **TORRES VALPORTO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA-ME,** inscrita no CNPJ sob o nº **11.226.885/0001-68**, com sede a Rua Aurelio Porto, nº 231, Lote 01 Pal 28440- Marechal Hermes- RJ, telefone (21) 3359-1326, endereço eletrônico: licitacao@torresvalporto.com.br , neste ato, representada pelo Senhor Renato Luis de Torres, Brasileiro, Solteiro, Comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 09.927.447-4, emitido pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 033.757.077-97, e daqui por diante, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO,** resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à Contratação de Empresa especializada em **MEDICAMENTOS – Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar**, para atendimento das necessidades de todas as Unidades que prestam atendimento médico da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses conforme Termo de Referência - Anexo I, que integra o presente Edital, descritas no **Item nº 5 deste Termo de Referência**, parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº0048/2019

Fls. _____

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE DE MEDIDA	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	Ácido Ascórbico 500mg (Tipo Vitamina C)	70.130	comprimido	NATULAB	R$ 0,33	R$ 23.142,90
9	Acido fólico 5 mg	64.800	comprimido	NATULAB	R$ 0,13	R$ 8.424,00
11	Albendazol 40mg/ml com 10ml	3.240	frasco	GEOLAB	R$ 2,14	R$ 6.933,60
13	Ambroxol 3mg/ml solução 100ml Infantil	3.700	frasco	FARMACE	R$ 4,64	R$ 17.168,00
14	Ambroxol 6mg/ml solução 100ml	3.730	frasco	FARMACE	R$ 4,83	R$ 18.015,90
15	Amiodarona, cloridrato 200mg	11.090	comprimido	GEOLAB	R$ 0,44	R$ 4.879,60
23	Atenolol 100mg	30.000	comprimido	PRATI	R$ 0,15	R$ 4.500,00
26	Azitromicina 500mg	23.630	comprimido	PRATI	R$ 1,25	R$ 29.537,50
33	Bromoprida 10mg	33.120	comprimido	PRATI	R$ 0,30	R$ 9.936,00
34	Bromoprida 4mg/ml sol. Oral gotas frasco c/20ml	1.930	frasco	PRATI	R$ 5,73	R$ 11.058,90
42	Carvedilol 3,125mg	60.000	comprimido	BIOLAB	R$ 0,28	R$ 16.800,00
43	Carvedilol 6,25mg	56.000	comprimido	BIOLAB	R$ 0,32	R$ 17.920,00
44	Cefalexina 250mg/5ml 60ml pó p/ suspensão oral	4.650	frasco	ABL	R$ 12,58	R$ 58.497,00
45	Cefalexina 500 mg	121.320	comprimido	ABL	R$ 1,15	R$ 139.518,00
48	Ciprofloxacino , cloridrato 500mg	51.890	comprimido	PRATI	R$ 0,60	R$ 31.134,00
51	Clonazepam 0,5mg	37.500	comprimido	GEOLAB	R$ 0,16	R$ 6.000,00

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº0048/2019

Fls. _____

56	Clorpromazina 25 mg	20.000	cornprimido	CRISTALIA	**R$ 0,26**	**R$ 5.200,00**
70	Dimeticona 40mg	35.420	comprimido	PRATI	**R$ 0,29**	**R$ 10.271,80**
73	Dipirona sódica 500mg/ml, gotas oral 10ml	6.810	frasco	FARMACE	**R$ 2,18**	**R$ 14.845,80**
85	Espironolactona 25 mg	90.000	comprimido	GEOLAB	**R$ 0,34**	**R$ 30.600,00**
86	Fenitoina sódica 100 mg	62.500	comprimido	HIPOLABOR	**R$ 0,25**	**R$ 15.625,00**
87	Fenobarbital 100 mg	66.250	comprimido	CRISTALIA	**R$ 0,21**	**R$ 13.912,50**
102	Ibuprofeno 600 mg	140.000	comprimido	PRATI	**R$ 0,36**	**R$ 50.400,00**
117	Loratadina 1mg/ml 100ml xarope	3.600	frasco	PRATI	**R$ 4,90**	**R$ 17.640,00**
125	Metformina, cloridrato 850 mg	746.870	comprimido	PRATI	**R$ 0,17**	**R$ 126.967,90**
126	Metildopa 250 mg	83.800	comprimido	SANVAL	**R$ 0,95**	**R$ 79.610,00**
132	Metronidazol 250mg	32.280	comprimido	PRATI	**R$ 0,16**	**R$ 5.164,80**
135	Neomicina + Bacitracina 5mg+250UI/g pomada- 10 g	7.490	Bisnaga	PRATI	**R$ 3,23**	**R$ 24.192,70**
136	Nifedipino 10mg	64.800	comprimido	GEOLAB	**R$ 0,15**	**R$ 9.720,00**
139	Nimesulida 50mg/ml – gotas 15 ml	3.000	Frasco	GEOLAB	**R$ 2,49**	**R$ 7.470,00**
141	Nistatina creme vaginal 25000 UI/ g 60g	6.670	Bisnaga	GREENPHARMA	**R$ 6,55**	**R$ 43.688,50**
148	Paracetamol 200 mg/Ml suspensão oral (gotas) 15ml	4.780	Frasco	FARMACE	**R$ 2,44**	**R$ 11.663,20**
149	Paracetamol 500 mg	115.780	comprimido	PRATI	**R$ 0,12**	**R$ 13.893,60**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°0048/2019

Fls. _____

154	Permetrina loção 10mg/g - 60ml	1.080	Frasco	IFAL	**R$ 4,95**	**R$ 5.346,00**
159	Prometazina 25mg	100.660	comprimido	CRISTALIA	**R$ 0,17**	**R$ 17.112,20**
160	Propranolol 40mg	104.470	comprimido	GEOLAB	**R$ 0,10**	**R$ 10.447,00**
175	Valproato de sódio 250mg	23.040	Cápsula	BIOLAB	**R$ 0,78**	**R$ 17.971,20**
176	Valproato de sódio 250mg/5ml 100ml	430	Frasco	HIPOLABOR	**R$ 12,38**	**R$ 5.323,40**
177	Valproato de sódio 500mg	29.520	comprimido	BIOLAB	**R$ 1,12**	**R$ 33.062,40**
183	Ácido Ascórbico 100mg/ml, injetável 5ml (Tipo Vitamina C)	12.500	Ampola	FARMACE	**R$ 1,05**	**R$ 13.125,00**
185	Ácido Tranexâmico 250mg/5ml injetável	3.000	Ampola	HIPOLABOR	**R$ 5,97**	**R$ 17.910,00**
187	Água destilada estéril - ampola 10ml	200.000	Ampola	FARMACE	**R$ 0,45**	**R$ 90.000,00**
190	Albumina humana 0,2G/ML (20%) 50 ml	2.500	Frasco	BLAU	**R$ 246,00**	**R$ 615.000,00**
191	Alfentanila,cloridrato 0,5 mg/ml inj. Ampola c/5ml	300	Ampola	CRISTALIA	**R$ 31,00**	**R$ 9.300,00**
196	Amiodarona 50mg/ml - 3ml	3.750	Ampola	SANVAL	**R$ 2,50**	**R$ 9.375,00**
199	Anfotericina B injetável 5mg/ml frasco 10ml	50	Ampola	CRISTALIA	**R$ 506,90**	**R$ 25.345,00**
200	Atracúrio, besilato 10mg/ml inj.ampola c/2,5ml	300	Ampola	CRISTALIA	**R$ 17,80**	**R$ 5.340,00**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°0048/2019

Fls. _____

209	Bupivacaina 0,5% c/ glicose 8% inj. amp c/ 4 ml	1.250	Ampola	HYPOFARMA	**R$ 5,70**	**R$ 7.125,00**
213	Butilbrometo de Escopolamaina 20mg/ml, inj 1ml	10.000	ampola	FARMACE	**R$ 1,50**	**R$ 15.000,00**
219	Cetoprofeno 50mg/ml	14.400	Ampola	CRISTALIA	**R$ 2,60**	**R$ 37.440,00**
224	Clindamicina 150mg/ml, injetável 4ml	2.500	Ampola	HIPOLABOR	**R$ 6,35**	**R$ 15.875,00**
229	Cloreto de sódio 0.9% 100ml (Soro Fisiológico) - sistema fechado	45.000	Frasco	FARMACE	**R$ 5,40**	**R$ 243.000,00**
230	Cloreto de sódio 0.9% 10ml	25.000	Ampola	FARMACE	**R$ 1,60**	**R$ 40.000,00**
240	Dexametazona 4mg/ml inj. 2,5 ml	20.000	Ampola	FARMACE	**R$ 1,00**	**R$ 20.000,00**
243	Diclofenaco de Sódio 75mg/ml inj.	15.000	Ampola	FARMACE	**R$ 1,08**	**R$ 16.200,00**
244	Dipirona sódica 500mg/ml injetável 2ml	75.000	Ampola	FARMACE	**R$ 0,75**	**R$ 56.250,00**
248	Enoxaparina 20mg/0,2ml solução injetável	3.000	Seringa	MYLAN	**R$ 19,50**	**R$ 58.500,00**
249	Enoxaparina 40mg/0,4ml solução injetável	5.000	Seringa	MYLAN	**R$ 27,80**	**R$ 139.000,00**
259	Fentanila, citrato 0,05mg/ml, injetável ampola 5ml	1.500	Ampola	CRISTALIA	**R$ 5,15**	**R$ 7.725,00**
262	Flumazenil 0,1mg/ml, injetável 5ml	250	Ampola	HIPOLABOR	**R$ 41,40**	**R$ 10.350,00**
268	Glicose 5% 500ml (Soro)	45.000	Frasco	FARMACE	**R$ 6,18**	**R$ 278.100,00**

Secretaria Adjunta de Suprimentos

Página **5** de **11**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº0048/2019

Fls. _____

277	Hidrocortisona 500mg, injetável	15.000	Frasco/Ampola	BLAU	**R$ 12,21**	**R$ 183.150,00**
281	Isoflurano, solução inalante 100ml	25	frasco	CRISTALIA	**R$ 264,97**	**R$ 6.624,25**
283	Levofloxacin 5mg/ml - 100ml	3.750	frasco	CRISTALIA	**R$ 23,37**	**R$ 87.637,50**
285	Lidocaína, cloridrato 2%, injetável 20 ml	7.500	ampola	HYPOFARMA	**R$ 4,27**	**R$ 32.025,00**
287	Manitol 20%, injetável 250ml	1.000	frasco	FARMACE	**R$ 8,89**	**R$ 8.890,00**
292	Metronidazol 500mg, injetável 100ml	5.000	frasco	ABL	**R$ 8,16**	**R$ 40.800,00**
293	Midazolam 5mg/ml, injetável 3ml	7.500	ampola	HIPOLABOR	**R$ 2,92**	**R$ 21.900,00**
296	Morfina sulfato 10ml injetável 1ml	5.000	ampola	CRISTALIA	**R$ 3,25**	**R$ 16.250,00**
306	Omeprazol 40mg pó p/ solução injetavel	15.000	Frasco/Ampola	CRISTALIA	**R$ 11,17**	**R$ 167.550,00**
307	Oxacilina sódica 500mg, injetável	20.000	Frasco/Ampola	BLAU	**R$ 5,61**	**R$ 112.200,00**
313	Ranitidina, cloridrato 25mg/ml,injetável 2ml	12.500	ampola	FARMACE	**R$ 1,05**	**R$ 13.125,00**
319	Sevoflurano, solução inalante 250ml	30	frasco	CRISTALIA	**R$ 919,58**	**R$ 27.587,40**
321	Sulfadiazina de Prata 10mg/g - 400g	625	pote	NATIVITA	**R$ 43,70**	**R$ 27.312,50**
331	Vancomicina (cloridrato) 500mg	3.000	Frasco/Ampola	ABL	**R$ 11,96**	**R$ 35.880,00**
						R$ 3.484.485,05

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº0048/2019

Fls. _____

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:
a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelo (a) servidor(a) responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pela **Secretária Municipal de Saúde.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°0048/2019

Fls. _____

fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos poderão ser requisitados SEMANALMENTE, dentro do período letivo, conforme a necessidade de cada Unidade e serão conferidos pelos Diretores e servidores, designados fiscais do Instrumento Contratual, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei Federal nº 8666/1993;

7.2. Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: Toda 2ª feira ou 3ª feira, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.3. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

7.4. O prazo para o fornecimento é de até 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação efetuada pela Secretaria Municipal de Saúde , através da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mangaratiba - RJ que indicará o servidor para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na Contratação de Empresa especializada em **MEDICAMENTOS – Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar**, para atendimento

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº0048/2019

Fls. _____

das necessidades de todas as Unidades que prestam atendimento médico da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses conforme Termo de Referência - Anexo I, que integra o presente Edital, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pela Secretaria Municipal de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre Secretaria Municipal de Saúde e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso da reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº0048/2019

Fls. _____

de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste item é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pela Secretaria Municipal de Saúde, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº0048/2019

Fls. _____

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Dr. Jorge Luis S. Mendonça
Secretário Municipal de Saúde
Mat.: 10256 - CRM 52.73454-3

Jorge Luis da Silva Mendonça
Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil

Jose Ricardo de Aguiar
Sub Secretário
Mat.: 10123

PELA EMPRESA:

TORRES VALPORTO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA-ME

inscrita no CNPJ sob o nº **11.226.885/0001-68**

Renato Luis de Torres
CPF:.033.757.077-97

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

DECRETO Nº 4.062, DE 26 DE JUNHO DE 2019.

CRIA A COMISSÃO PERMANENTE DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA - CFT DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 92, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, e,

Considerando que desde 1977 a Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza que os países procedam à criação de Comitês Científicos e estabeleçam uma lista básica de medicamentos para uso nos diversos níveis de atenção, dado que o volume cada vez maior de drogas disponíveis, a crescente complexidade da farmacoterapia, a maior sofisticação das técnicas de marketing pelas empresas farmacêuticas e os limitados recursos econômicos fazem com que a definição de lista com critérios de racionalidade seja uma tarefa primordial;

Considerando o disposto na Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos e define as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades da Assistência Farmacêutica para os gestores federal, estadual e municipal do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Resolução n.º 338, de 06 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica e define os princípios e eixos estratégicos da Assistência Farmacêutica no SUS;

Considerando a Portaria n.º 1.555/GM/MS, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do componente Básico de Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria n.º 1.897/GM/MS, de 26 de julho de 2017, que estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME 2017 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da atualização do elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME 2014;

Considerando a Deliberação CIB-RJ n.º 5.743, de 14 de março de 2019, que define elenco estadual de referência de medicamentos e insumos complementares para a Assistência Farmacêutica na Atenção Básica;

1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

Considerando a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no Município para alcance da saúde individual e coletiva;

Considerando a necessidade de desenvolver meios equitativos de prover recursos aos usuários para possibilitar a universalidade e integralidade das ações de saúde;

Considerando a necessidade de qualificar os serviços de assistência farmacêutica e de outros que têm os medicamentos como seus insumos essenciais;

Considerando a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos face a multiplicidade de alternativas existentes na atualidade e;

Considerando a dificuldade de assegurar completa comunicação e coordenação de ações entre os profissionais de saúde.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica criada no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Município de Mangaratiba a Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica - CFT, de caráter deliberativo, normativo e consultivo, cujas ações estarão voltadas a promoção do acesso e uso racional de medicamentos.

Art. 2º A CFT será regida nos termos deste Decreto, sendo uma instância colegiada, que tem por finalidade estabelecer normas e procedimentos relacionados a medicamentos e assessorar a equipe gestora na formulação e implementação das políticas relacionadas com:

I – seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e prescrição dos medicamentos e;

II – estabelecimento de critérios para o uso dos medicamentos selecionados.

Art. 3º São atribuições da CFT:

I – elaborar e atualizar periodicamente a Relação Municipal de Medicamentos - REMUME;

II – elaborar e atualizar periodicamente os instrumentos necessários para aplicação da REMUME;

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

III – fixar os critérios nos quais se baseará a instituição para a obtenção de medicamentos que não tenham sido selecionados para o uso regular, ou seja, não padronizados pela REMUME;

IV – avaliar e emitir parecer sobre as solicitações de inclusão, exclusão ou substituição de medicamentos da REMUME;

V – fomentar a realização de estudos de utilização de medicamentos da rede municipal para subsidiar o desenvolvimento de ações que promovam o acesso e uso racional de medicamentos;

VI – fomentar e participar de atividades de educação continuada em terapêutica e assistência farmacêutica, dirigida aos profissionais e equipes de saúde;

VII – desenvolver e validar protocolos clínicos e terapêuticos municipais que orientarão a prescrição e a dispensação de medicamentos da REMUME;

VIII – propor ações educativas visando ao acesso e uso racional de medicamentos;

IX – apresentar parecer em processo de aquisição de medicamentos e correlatos;

X – assessorar o setor jurídico da Secretaria Municipal de Saúde na elaboração de pareceres nos processos de judicialização de medicamentos.

Parágrafo único. Os protocolos elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde que abordem terapêutica farmacológica, assim como quaisquer alterações nos fluxos de dispensação de medicamentos, deverão ser submetidos à Comissão referida no art. 1º, para análise e aprovação antes de sua instituição.

Art. 4º A CFT de Mangaratiba é composta de forma multidisciplinar, podendo ser integrada por profissionais de saúde da Secretaria Municipal de Saúde, minimamente por farmacêuticos, médicos, odontólogos e enfermeiros, bem como de profissionais de outros setores, como consultores nas áreas jurídica e social.

Art. 5º Os membros da CFT poderão integrá-la na qualidade de membros efetivos ou membros consultivos.

§1º Os membros efetivos compõem a plenária, instância deliberativa e normativa da comissão.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

§2º Os membros consultivos compõem conselho consultivo, instância colaboradora da comissão.

Art. 6º A CFT deverá ser composta por no mínimo 06 (seis) membros, na qualidade de membros efetivos, obedecendo a seguinte representação:

I – 01 (um) Representante do Componente Básico de Assistência Farmacêutica;

II – 01(um) farmacêutico do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica;

III – 01 (um) Representante da área de Enfermagem;

IV – 01 (um) Representante da área de Medicina;

V – 01 (um) Representante da área de Odontologia;

VI – 01 (um) Representante da área Técnico Administrativo.

Art. 7º Cabe ao Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil nomear ou designar os membros componentes da CFT através de portaria, que terão o mandato de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, na ocupação da respectiva função.

Art. 8º Durante o prazo do mandato, os membros da CFT terão disponibilidade de carga horária para elaboração dos trabalhos de competência da referida Comissão, sem que isso implique em remuneração suplementar.

Art. 9º A compra de medicamentos não previstos na REMUME ou nos protocolos elaborados de medicamentos não padronizados, que devem ser adquiridos em caráter emergencial, será analisada pelo gestor da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A autorização para aquisição do medicamento específico não implica na automática inclusão do mesmo na REMUME.

Art. 10 A seleção de medicamentos deve ter como referência a REMUME vigente, o Elenco de Referencia Estadual definido pela CIB e a Relação Nacional de Medicamentos - RENAME em sua última edição.

Art. 11 A seleção de medicamentos deve objetivar:

4

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

I – assegurar o acesso a medicamentos seguros, eficazes a custo efetivos;

II – promoção à racionalidade na prescrição e utilização dos medicamentos;

III – resolutividade terapêutica adequada;

IV – racionalização nos custos dos tratamentos;

V – contribuir para maior eficiência administrativa, na aquisição dos medicamentos.

Art. 12 Para a inclusão de medicamentos na REMUME deverão ser observados os seguintes critérios:

I – indicação fundamentada em critérios epidemiológicos, privilegiando aqueles medicamentos que configuram problemas de saúde pública, que atingem ou põem em risco as coletividades, cujo controle concentra-se no tratamento de seus portadores;

II – registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

III – valor terapêutico comprovado, com informações clínicas suficientes na espécie humana e em condições controladas, sobre a atividade terapêutica e farmacológica (segurança, eficácia e custo efetividade);

IV – baixa toxicidade;

V – comodidade posológica e facilidade de fracionamento ou multiplicação de doses;

VI – denominação pelo princípio ativo, conforme Denominação Comum Brasileira - DCB, ou na sua falta, Denominação Comum Internacional – DCI;

VII – estabilidade em condições de estocagem e uso, e facilidade de armazenamento;

VIII – possibilidade de uso em mais de uma enfermidade;

IX – preferência por monofármacos, excluindo-se sempre que possível as associações;

X – maior tempo de experiência no uso;

5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

XI – tratamento de primeira e segunda linha;

XII - existência de múltiplos fabricantes.

Art. 13 A substituição de medicamentos da REMUME justificar-se-á quando o novo produto apresentar vantagem comprovada em termos de:

I – menor risco/benefício;

II – menor custo/tratamento;

III – menor custo de aquisição, armazenamento, distribuição e controle;

IV – maior estabilidade;

V – propriedades farmacológicas mais favoráveis;

VI – menor toxicidade;

VII – maior informação a respeito de suas vantagens e limitações, eficácia e eficiência;

VIII – facilidade de dispensação.

Art. 14 A exclusão de medicamentos da REMUME deverá ocorrer sempre que houver evidências de que o produto:

I – apresenta relação risco/benefício inaceitável;

II - não apresenta vantagens farmacológicas e/ou econômicas comparativamente a outros produtos disponíveis no mercado;

III – não apresenta demanda justificável.

§1º As solicitações de inclusão, exclusão ou substituição de medicamentos da REMUME deverão ser realizadas em formulário padrão (Anexo Único), e encaminhadas à CFT pelos profissionais de saúde, com a devida justificativa, e deverá estar acompanhada de no mínimo 3 (três) publicações científicas sobre o fármaco (autoria isenta de interesses).

§2º A critério da CFT, a solicitação poderá retornar ao solicitante para complementação de informações.

6

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

Art. 15 As resoluções e outros instrumentos deliberativos da CFT terão caráter normativo e devem ser publicadas, depois de homologadas pela Secretaria Municipal de Saúde, e divulgadas nos serviços de saúde.

Art. 16 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mangaratiba, 26 de junho de 2019.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

7

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

FORMULÁRIO PARA SOLICITACAO DE ALTERAÇÃO NA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS

Tipo de Proposta:	( ) inclusão ( ) exclusão ( ) alteração		
Nome Genérico (Denominação Comum Brasileira ou Internacional) do(s) fármaco(s) a ser(em):			
Incluído :			
Excluído:			
Alterado:			
Nome(s) comercial(is) do medicamento a ser incluído:			
Laboratório(s) farmacêutico(s) fabricante(s) do medicamento a ser incluído:			
Concentração / Unidade de concentração do medicamento a ser incluído:			
Forma Farmacêutica:	( ) comprimido ( ) cápsula ( ) drágea ( ) solução oral ( ) xarope ( ) supositório ( ) ampola ( ) frasco-ampola ( ) pomada ( ) creme ( ) outra - Especificar:		
Consta da Última Edição da RENAME?	( ) SIM ( ) NÃO	Integra o elenco de algum programa governamental?	( ) SIM ( ) NÃO
Classe Terapêutica:			
Indicações terapêuticas sugeridas:			
Está registrado na ANVISA para a(s) indicação(ões) proposta(s)?	( ) SIM ( ) NÃO		
Justificativa terapêutica para a solicitação de inclusão/exclusão:			
Dose diária definida:	Adulto:		
	Pediátrica:		
Duração do tratamento:			
O medicamento proposto pode ser comparado com outros produtos do mesmo grupo ou classe terapêutica constante da REMUME?	( ) NÃO ( ) SIM, quais?		
O medicamento proposto pode ser comparado com outros produtos do mesmo grupo ou classe terapêutica constante da RENAME?	( ) NÃO ( ) SIM, quais?		
Resumo das evidências clínicas e/ou econômicas que justifiquem a solicitação de **Inclusão/ exclusão/ substituição** (eficácia, efeitos colaterais, contra-indicações, precauções, toxicidade, custo/benefício, custo médio do tratamento, etc.) com as referências bibliográficas*.			
*Anexar, no mínimo, três referências bibliográficas (revisões sistemáticas, metanálises ou ensaios clínicos randomizados). No caso de substituição, apresentar estudos comparativos entre o fármaco proposto e o tratamento convencional. Evitar estudos patrocinados pelos fabricantes.			
DADOS DO PROPONENTE			
Nome:			
Instituição:			
Cargo / Função:			
Conselho de Classe / Nº:			
Telefone(s) / Fax para Contato:			
E-mail:			
Data: ___/___/_____		Carimbo e Assinatura	

8

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

DECRETO N.º 4.063, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

OUTORGA PERMISSÃO DE USO E DISCIPLINA O FUNCIONAMENTO DE BEM PRÓPRIO MUNICIPAL, QUIOSQUES E SIMILARES, LOCALIZADO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições legais, instituído no art. 92, VII da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando a previsão nos termos do artigo 107, Inciso I, alínea "g" da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, que rege a permissão, o uso precário, o uso de bens próprios municipais por terceiros;

Considerando a patrimonialização dos bens próprios municipais, quiosques, barracas, trailers e similares nos espaços públicos esportivos localizados no Distrito de Mangaratiba;

Considerando a necessidade de manter a disciplina das atividades desenvolvidas pelos permissionários dos quiosques, barracas, trailers e similares, via controle e acompanhamento, efetivo e contínuo, dessas atividades;

Considerando o dever da administração Pública Municipal em garantir qualidade do uso de suas repartições, bem como das áreas adjacentes, por seus cidadãos e visitantes, estabelecendo limites em benefício da coletividade

DECRETA:

Art. 1º A permissão de uso do bem próprio municipal localizado nos espaços públicos esportivos do município, a título precário e por prazo indeterminado, para exploração da atividade de venda de sorvetes, sucos, refrigerantes, doces e balas, pizzas, açaí, biscoitos, caldos, salgados e bebidas em geral em lata ou plástico e congêneres, sendo vedada a venda de qualquer outro produto, bem como a concessão de mais de uma licença a mesma pessoa, doravante denominados Permissionários;

1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

Art. 2º A permissão de uso é pessoal e intransferível a qualquer título, exceto em caso de falecimento da Permissionária, quando poderá ser transferida ao cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até o 1º grau mediante requerimento do interessado e a critério do Chefe do Poder Executivo;

Art. 3º Os Permissionários deverão requerer à administração municipal o competente alvará de licença para localização, funcionamento e exploração da atividade econômica desenvolvida, fazendo juntada dos seguintes documentos na Secretaria Municipal de Fazenda:

I – declaração própria, em modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Fazenda e sujeita à comprovação pela Administração Pública Municipal de que não possui nenhuma outra permissão pública no município;

II – CNPJ / MEI;

III – original e cópia de comprovante de residência;

IV – original e cópia de cédula de identidade;

V – original e cópia de título de eleitor;

VI – original e cópia do CPF;

VII – 2 (duas) fotos 3x4 recentes;

Parágrafo único – o alvará de licença será concedido pela Secretaria Municipal de Fazenda para comercialização dos produtos nele previstos.

Art. 4º É permitida a utilização pelos permissionários de auxiliares para o desenvolvimento de suas atividades comerciais, devendo estes atenderem às exigências da legislação municipal em vigor;

Art. 5º O Permissionário responde administrativamente por qualquer falta ou infração que seus auxiliares venham a cometer, no exercício da atividade comercial;

Art. 6º Na hipótese da perda do interesse na exploração da atividade econômica, o Permissionário deverá requerer à Administração Pública Municipal a revogação da permissão de uso e o cancelamento de sua licença, respondendo por todas as obrigações relativas até a data do requerimento.

Art. 7º Apurado o não pagamento dos tributos e emolumentos devidos, a Administração Pública Municipal, de ofício, revogará a permissão de uso e cassará o

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento do Permissionário inadimplente, de tudo mantendo-se débitos tributários constituídos.

Art. 8º O quiosque deverá funcionar, no mínimo 4 (quatro) dias por semana, no horário de 08 horas às 18 horas, sendo sábado e domingo das 08 horas até o horário de atividades nos espaços esportivos.

I – É obrigatório o funcionamento dos quiosques, barracas, trailers e similares no horário estabelecido no *caput* deste artigo:

a) sábados e domingos;

b) nos dias em que houver eventos;

c) nos dias que funcionarem as atividades esportivas.

II – Nas datas e períodos nas alíneas "b" e "c" e do inciso anterior, é permitido o funcionamento do quiosque e similares até o término das mesmas.

III – Fica facultativo 01 (um) dia de descanso semanal nos períodos que não estão fixados no inciso I deste artigo.

Art. 9º O Permissionário que mantiver o quiosque, barracas, trailers e similares fechado por mais de 30 (trinta), dias sem justificativa formulada por meio de requerimento à administração Pública Municipal, terá sua permissão de uso revogada e sua licença cassada, de ofício, de tudo mantendo-se os débitos tributários constituídos.

Art. 10 É permitido aos Permissionários o número máximo de faltas injustificadas de 06 (seis) por ano, intercalados ou não, contado ano da data de publicação deste Decreto.

§1º - A apuração de faltas dar-se-á exclusivamente nos horários e períodos descritos no artigo 8º deste Decreto.

§2º - Excedido o número máximo de faltas injustificadas fixado no *caput* deste artigo, a administração Pública Municipal, de ofício, revogará a permissão de uso e cassará o Alvará de Licença para localização e funcionamento do Permissionário infrator, de tudo mantendo-se débitos tributários constituídos.

Art. 11 Para fins de controle de frequência dos Permissionários consideram-se justificadas para faltas:

3

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

I – doenças próprias devidamente comprovadas, como também do cônjuge ou familiares consanguíneos até 1° grau;

II – falecimento, devidamente comprovado do cônjuge ou familiar consanguíneos até 1° grau de parentesco;

III – licença-maternidade e licença-paternidade, devidamente comprovadas;

IV – demais motivos serão avaliados a critério do Chefe do Poder Executivo.

Art. 12 - Fica facultativo aos Permissionários o período de 30 (trinta) dias de férias anuais, desde que requerido à Administração Pública Municipal com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início do afastamento, especificando as datas de inicio e término.

§1° - É vedado o afastamento de que trata este artigo nos períodos fixados nos incisos II e III do artigo 8° deste Decreto.

§2° - É facultativo o afastamento de que trata esse artigo:

a) em duas parcelas de 15 (quinze) dias cada;

b) em três parcelas de 10 (dez) dias cada.

Art. 13 É vedado ao Permissionário:

I – a utilização de:

a) qualquer tipo de equipamento, no quiosque, barracas, trailers e similares e seu entorno, exceto quando projetado ou permitindo pela Administração Pública Municipal;

b) aparelhos sonoros de fruição coletiva ou qualquer outro equipamento ou instrumento que possa constituir perturbação ao sossego público ou da vizinhança;

c) faixas promocionais ou qualquer espécie de publicidade ou propaganda, exceto quando projetada especificamente para o quiosque, barracas, trailers e similares, e requerida sua utilização à Administração Pública Municipal, seja permitida essa utilização;

d) no entorno dos quiosques, barracas, trailers e similares para exposição, depósito ou armazenamento de qualquer tipo de produto, material ou equipamento.

II – comercializar:

a) cigarros;

4

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

b) refeições prontas, tipos comercial, executivo, à *la carte*, pratos feitos, comida por quilo e congêneres;

c) qualquer tipo de produto não autorizado pela Administração Pública Municipal;

d) bebidas engarrafadas, exceto água mineral, refrigerante e similares, desde que em embalagem plástica.

Art. 14 É proibido efetuar qualquer construção que venha alterar / modificar a estrutura, inclusive de piso, adaptação, instalação, reparação, conservação, pintura e afins na edificação do quiosque ou em seu entorno, sem prévio requerimento à Administração Pública Municipal, com anuência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Art. 15 Incumbe ao Permissionário e aos seus prepostos e auxiliares:

I – tratar com civilidade o público em geral;

II – não se apresentar embriagado nem ingerir bebidas alcoólicas, quando em funcionamento;

III – a manutenção, conservação e limpeza do seu quiosque, barracas, trailers e similares e de seu entorno, a suas expensas;

IV – o pagamento dos tributos e emolumentos;

V – o pagamento das despesas decorrentes do fornecimento de água, esgoto sanitário, energia elétrica e demais contas de consumo;

VI – dar destinação adequada aos resíduos provenientes da preparação e comercialização de seus produtos;

VII – manter seus auxiliares em serviço convenientemente uniformizados e equipados com material de segurança e proteção individual adequados à função;

VIII – responder por qualquer dano ou prejuízo que vier a causar ao Município, à propriedade ou pessoa de terceiros em decorrência dos serviços prestados, ocorrendo a suas expensas, sem qualquer ônus para a Administração Pública Municipal, o ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

Art. 16 Nos casos em que não ocorrer a renovação da permissão de uso e a cassação do alvará de licença para funcionamento, por qualquer motivo, obriga-se o

5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

Permissionário a restituir o quiosque, barracas, trailers e similares na forma de quando lhe foi permitido seu uso, suas chaves, bem como desocupado de qualquer tipo de equipamento ou produto.

§1º - Ocorrendo a determinação para a desocupação dos quiosques, barracas, trailers e similares, a Administração Pública municipal providenciará os meios necessários, podendo inclusive solicitar apoio da Guarda Municipal ou da Polícia Militar do Estado para efeito, se for necessário.

§2º - Os equipamentos e produtos não alimentícios encontrados na desocupação serão removidos para o Depósito Municipal e doados de acordo com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Município;

§3º - Os produtos alimentícios encontrados na desocupação serão encaminhados ao Serviço de Vigilância Sanitária, que lhes dará destinação.

Art. 17 Os casos omissos serão resolvidos, a critério do Chefe do Poder Executivo, obrigatoriamente por meio de requerimento do interessado, podendo este delegar tal atribuição; aplicando-se no que couber o disposto no Decreto nº 3.100/2013.

Art. 18 São competentes para o cumprimento da aplicação deste Decreto a Secretaria Municipal de Fazenda, Serviço de Vigilância Sanitária e a Secretaria de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer.

Art. 19 Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mangaratiba, 27 de junho de 2019.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

6

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Mangaratiba, 27 de Junho de 2019.

ERRATA Nº 01/2019/CMDCA DO EDITAL PARA O PROCESSO SELETIVO DO CONSELHO TUTELAR.

ERRATA:
No Jornal "Diário Oficial do Município de Mangaratiba", Edição nº910, Ano XV, datado de 09 de Abril de 2019, página 16/17 e 24.

Onde se lê:

Art.15 O CMDCA- Mangaratiba e a Comissão eleitoral avaliarão os requerimentos e documentação apresentados pelos candidatos e fará no dia 13/05/2019 a publicação no Diário Oficial do Município de nominata dos candidatos que preencheram os requisitos deste edital.

§1º .....

§2º Os candidatos desclassificados nesta etapa terão prazo de 14/05/2019 até ás 16h do dia 20/05/2019 para apresentar recurso no CMDCA-Mangaratiba, à Rua Coronel Moreira da Silva, nº91, Centro, Mangaratiba-RJ, nesta cidade.

Art.16 Qualquer pedido de impugnação deverá ser oferecido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA-Mangaratiba), no período de 14/05/2019 a 20/05/2019.no horário de 8 horas até 16 horas, conforme estabelecido no Art.17 da Lei Municipal nº690/2010.

Art.17 Havendo impugnação, o CMDCA publicará o resultado no D.O. até o dia 23/05/2019 servindo esta publicação como intimação ao impugnado para que, caso queira, recorra da decisão.

§1º O pré-candidato que tiver sua inscrição impugnada, poderá recorrer da decisão para o próprio CMDCA, de forma escrita e fundamentada, no período de 24/05/2019 até o dia 30/05/2019.

Art.18 Não havendo impugnações, ou após a solução destas, será publicada em 03/06/2019, no D.O., a relação dos candidatos que obtiveram o deferimento de suas inscrições definitivas, estando, portanto, aptos a participar da prova de aferição.

Leia-se:

Art.15 O CMDCA- Mangaratiba e a Comissão eleitoral avaliarão os requerimentos e documentação apresentados pelos candidatos. Insta salientar, que já foi publicada no Diário Oficial do Município a listagem de todos os candidatos inscritos e dos candidatos que foram deferidos e indeferidos de acordo com os requisitos deste edital.

§1º.....

Rua Coronel Moreira da Silva, nº 91, Centro – Mangaratiba/RJ CEP: 23.860-000
Tel.: (21)-2789-6014
nucleodosconselhos@gmail.com

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

§2º Os candidatos que tiverem as inscrições homologadas pelo CMDCA terão o prazo de **15 (quinze) dias** para apresentar os devidos recursos, contados á partir do **dia 04 de Julho de 2019.**

Art.16 Apresentação de recurso ou qualquer pedido de impugnação deverá ser oferecido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA-Mangaratiba), no período de **04/07/2019 á 19/07/2019**, no horário de 8 horas até 16 horas, conforme estabelecido no Art.17 da lei municipal nº690/2010.

Art.17 Havendo impugnação, o CMDCA publicará o resultado no Diário Oficial do Município até o dia **22/07/2019** servindo esta publicação como intimação ao impugnado para que, caso queira, recorra da decisão.

§1º O pré-candidato que tiver sua inscrição impugnada, poderá recorrer da decisão para o próprio CMDCA, de forma escrita e fundamentada, no período de **23/07/2019** até o dia **29/07/2019**.

Art. 18 Não havendo impugnações, ou após a solução destas, será publicada em **01/08/2019**, no Diário Oficial do Município, a relação dos candidatos que obtiveram o deferimento de suas inscrições definitivas, estando, portando, aptos a participar da prova de aferição.

Na página, 24, **onde se lê:**

CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

INICIO	TÉRMINO	EVENTO
05/04/2019	xxx	Publicação do Edital nº 01/2019 de Convocação para o processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar.
10/04/2019	10/05/2019	Período para inscrições dos candidatos.
13/05/2019	xxx	Divulgação da relação dos candidatos provisoriamente inscritos.
14/05/2019	20/05/2019	Prazo para impugnação de inscrição e/ou apresentação de recurso por desclassificação.
23/05/2019	30/05/2019	Prazo para recurso em caso de impugnação deferida.

Rua Coronel Moreira da Silva, nº 91, Centro – Mangaratiba/RJ CEP: 23.860-000
Tel.: (21)-2789-6014
nucleodosconselhos@gmail.com

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Leia-se:

INICIO	TÉRMINO	EVENTO
05/04/2019	xxx	Publicação do Edital nº 01/2019 de Convocação para o processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar.
**********	**********	**********
**********	**********	**********
04/07/2019	19/07/2019	Prazo para impugnação de inscrição e para apresentação de recurso por desclassificação ou indeferimento.
22/07/2019	xxx	Divulgação do resultado da análise do(s) pedidos(s) de impugnação de inscrições na sede do CMDCA.
23/07/2019	29/07/2019	Prazo para recurso em caso de impugnação deferida.

Rua Coronel Moreira da Silva, nº 91, Centro – Mangaratiba/RJ CEP: 23.860-000
Tel.: (21)-2789-6014
nucleodosconselhos@gmail.com

PREFEITURA DE MANGARATIBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SMMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 011, DE 01 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre o Termo de Compensação e Mitigação; regulamenta os artigos 35, 41 e 139 da Lei nº 1.209, de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, nomeado por Portaria nº 2209 de 03 de Dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de 11 de janeiro de 2019 - ano XV, nº 886; no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba; o artigo 3º, alínea "p" e art. 42, inciso X, da Estruturação da Administração Pública Municipal, aprovada pela Lei Complementar nº41, de 31 de janeiro de 2017; e

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 23, inciso VI e 225, da Constituição Federal, que definiu como incumbência do Poder Público o dever de assegurar, defender e preservar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado essencial à sadia qualidade de vida, para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO o princípio da responsabilidade, previsto no § 2º do art. 225 da Constituição federal, bem como no inciso VII do art. 4º da Lei nº 6.938/81

CONSIDERANDO O princípio do usuário-pagador, disposto nos incisos II e III art 2º; e inciso IV e VII do art. 4º da Lei 6.938/81;

CONSIDERANDO o princípio do poluidor-pagador, introduzido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE em 26 de maio de 1972, por meio da recomendação C(72) 128 do Conselho Diretor, bem como no inciso VII do art. 4° da Politica Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81;

CONSIDERANDO as atribuições do artigo 261, da Lei Municipal nº 1.209, de 06 junho de 2019, que dispõe sobre o Código de Meio Ambiente; e

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de organização dos procedimentos do Termo de Medida Compensatória e Mitigadora, garantindo maior qualidade, agilidade e transparência, com base nos demais princípios que regem a administração pública, em especial, os dispostos na Lei nº 1.209, **RESOLVE:**

Art. 1º – A presente Instrução Normativa tem por finalidade regulamentar os §§ 1º e 2º dos artigos 35, 41, 139, da Lei nº 1.209 de 2019, para o procedimento de celebração do Termo de Medida Compensatória e Mitigadora, mensalmente e enquanto durar.

§ 1º – Fica estabelecido o plantio de 01 (uma) muda de árvore nativa, a cada 100 (cem) metros quadrados de área ocupada, somada à área edificada do empreendimento, as seguintes atividades:

I - terminais aquaviários e canais navegáveis;

II - terminais de transportes aquaviários de passageiros ou de cargas;

III - armazenamento e/ou estocagem de minerais metálicos e de escavação;

IV - marinas, cais, píeres, decks e fingers náuticos;

V - pista de pouso, hangares e pátios de manutenção de aviões;

VI - heliportos;

VII - estações rádio base.

§ 2º – Fica estabelecido o plantio de 01 (uma) muda de árvore nativa por cada 100 (cem) metros lineares, as seguintes atividades:

I – vias de malha ferroviária de passageiros ou de cargas;

II – dutos de transporte e/ou passagem de recursos minerais;

III – cabos e/ou cabos de fibras ópticas;

IV– linhas de transmissão de energia.

Art. 2º – A critério do órgão ambiental Municipal o Termo de Medida Compensatória e Mitigadora, poderá ser convertido em outras modalidades de compensação, conforme redação dada pelo artigo 141 da Lei nº 1.209 de 2019.

§ 1 - O valor monetário da medida compensatória, por ser mensal, não precisará seguir os parâmetros de valoração do parágrafo único do artigo 134 da Lei 1.209/19, podendo ser valorado por orçamentos obtidos no mercado de mudas da mata atlântica, com o tipo de espécie a ser fornecido pelo órgão ambiental, simples, sem tutores, protetores, plantio e manutenção, com a devida aprovação do órgão ambiental Municipal.

Art. 3º – Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 01 de julho de 2019.

ANTONIO MARCOS BARRETO
SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
SECRETARIA ADJUNTA DE SUPRIMENTOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil

Considerando os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Adjunta de Suprimentos, bem como as manifestações em despachos exarados pela Procuradoria Municipal e pela Controladoria Geral do Município, e de acordo com a Lei Municipal N.° 41/2017, **HOMOLOGO** o Pregão Presencial no Sistema de Registro de Preços nº 026/2019, Processo Administrativo nº **048/2019**, visando a **Registro de Preços para a contratação de Empresa especializada em MEDICAMENTOS – Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar, para atendimento das necessidades de todas as Unidades que prestam atendimento médico da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses,** em favor das empresas abaixo:

EMPRESAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL
SMART COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA-EPP- CNPJ: 19.416.856/0001-70	R$ 453.795,10
SPEED SECULO XXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI- CNPJ: 12.215.803/0001-42	R$ 4.056.011,92
TORRES VALPORTO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA-ME- CNPJ: 11.226.385/0001-68	R$ 3.484.485,05
TOTAL GERAL	**R$ 7.994.292,07**

Perfazendo o valor total em reais na ordem de **R$ 7.994.292,07** (sete milhões novecentos e noventa e quatro mil duzentos e noventa e dois reais e sete centavos).

Mangaratiba, 27 de junho de 2019.

Dr. Jorge Luis S. Mendonça
Secretário Municipal de Saúde
Mat.: 10256 - CRM 52.73454-3

Jorge Luis da Silva Mendonça
Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil

Jose Ricardo de Aguiar
Sub Secretário
Matr.: 7[illegible]3

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

LEI Nº 1.215, DE 26 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A "FEIRA LIVRE CÉLIO SOARES VIEIRA" NA FORMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Mangaratiba faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º A feira livre de Muriqui, que se organiza aos domingos na "Praça do Skate" e adjacências, fica oficialmente denominada "Feira Livre Célio Soares Vieira", a qual passa a integrar uma área de interesse econômico, cultural e turístico de Muriqui, 4º Distrito do Município de Mangaratiba.

Art. 2º Na "Feira Livre Célio Soares Vieira" poderá, a título precário, ser autorizada a colocação de barracas, palcos para apresentações artísticas e musicais, mesas e cadeiras e demais mobiliários urbanos necessários à sua efetiva destinação como espaço cultural e de conveniência social.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incentivar a promoção do local, mediante o apoio dos órgãos municipais e de instituições públicas ou privadas conveniadas.

Art. 4º O Poder Executivo fica autorizado a lavrar termo de compromisso com os comerciantes, artesãos, ambulantes e artistas do local, visando assegurar a harmonia, a convivência e a adequada utilização do espaço público.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 26 de junho de 2019.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

/Projeto de Lei Nº 06/2019 – Vereador Autor Helder Rangel de Araújo

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

LEI N º 1.216, DE 26 DE JUNHO DE 2019.

RECONHECE E DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO MUNICIPAL SOB A DENOMINAÇÃO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Mangaratiba faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º A alameda que margeia o Hospital Municipal Victor de Souza Breves, no centro de Mangaratiba, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e terá a seguinte denominação:

I – Alameda Elizeu Lima Santos;

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,revogando-se as disposições em contrário.

Mangaratiba, 26 de junho de 2019.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

/Projeto Lei nº 32/2019 – Vereador Autor Wladimir da Conceição Pereira.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

LEI Nº 1.217, DE 26 DE JUNHO DE 2019.

DÁ NOME A COMUNIDADE "MORRO DO CATATAU" A QUAL PASSA A SER "PARQUE ALTO DA COLINA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Mangaratiba aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1° Fica denominado **"PARQUE ALTO DA COLINA"** a comunidade em Conceição de Jacareí, 2º Distrito, que hoje é conhecida como "MORRO DO CATATAU".

Art. 2° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mangaratiba, 26 de junho de 2019.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

/Projeto de Lei nº 34/2019 - Vereador Autor Eduardo Ferreira Jordão

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

LEI Nº 1.218, DE 26 DE JUNHO DE 2019.

ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 870 DE 05 DE JULHO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1° Fica modificado o PARÁGRAFO ÚNICO do artigo 1º da Lei Municipal nº 870 de 05 de Julho de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único: O evento denominado MARCHA PARA JESUS será realizado anualmente, no primeiro sábado subsequente aos 60 (sessenta) dias após o Domingo de Páscoa.

Art. 2°- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 26 de junho de 2019.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

/ Projeto de Lei nº 31/2019 – Vereador Autor Eduardo Ferreira Jordão

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Secretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Talita Girão
Rafaela Neves
Heider Rangel

Edição e Revisão:
Amanda Bernardo
Isabele Mariano
Claud Bernard

Diagramação:
Claud Bernard Filho

Fotografia:
Alan de Barros
Jorge Alves Pereira

Impressão:
Secretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal